

LITERATURA, EDUCAÇÃO E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: UMA ANÁLISE DO CANTO DE XANGÔ

LITERATURE, EDUCATION AND ETHNIC-RACIAL REFLECTION: AN ANALYSIS OF XANGO'S SONG

Aline Aparecida dos Santos¹

Resumo: A reflexão apresentada estabelece uma problematização no Canto de Xangô, canção de Baden Powell e de Vinicius de Moraes, no que se refere à construção de uma identidade negra pautada pelo cânone, porém muitas vezes distante das discussões emancipatórias sobre educação e questão étnico-racial.

Abstract: The reflection presented establishes a problematization in the “Canto de Xango”, that is a song written by Baden Powell and Vinicius de Moraes, concerning construction of a black identity, ruled by the canon, but often distant from the emancipatory discussions on education and ethno-racial question.

Palavras-chave: Literatura negro-brasileira; Educação; mestiçagem; Afro-Sambas.

Keywords: Brazilian black literature; Education; Miscegenation; Afro-Sambas.

O conhecimento histórico sempre representou, dentre tantas possibilidades, a propagação de uma versão parcial e manipulada da realidade, que normalmente é o ponto de vista da classe social dominante, e que visa à manutenção de poder e de privilégios.

Dessa constatação se observa que pensar acerca da situação atual do negro e de seus acessos, no Brasil, implica percorrer versões históricas equivocadas e, paradoxalmente, introjetadas no imaginário de grande parcela da população. Exige, também, o exercício de refletir sobre o contraponto, por parte do pesquisador, que consiste em desapegar-se das explicações tendenciosas e analisar documentos de época, fatos históricos diversamente camuflados, movimentos de resistência e afastar-se em certa medida dos escritores e pensadores canônicos, o que propicia a percepção de

¹ Mestranda na Universidade de São Paulo. E-mail para contato: aline.aparecida.santos@usp.com.br.



vozes comumente emudecidas, mas repletas de perspectivas outras; as mudanças só ocorrerão daí.

O negro brasileiro foi (e, vexatoriamente, ainda continua sendo) explorado, humilhado, desumanizado e assassinado à exaustão, tanto em decorrência da escravização e de seus recursos deploráveis de tortura, como em função da marginalização permitida após a Abolição (1888), sendo que o país foi o último do mundo a banir o sistema escravocrata.

Sucedese, assim, um processo de extremo abandono dos negros, cuja força de trabalho fora substituída, intencionalmente, pelos imigrantes europeus. A resistência sempre existiu, mas foi calada pelos grupos dominantes e dissipada por diversas políticas, como a do branqueamento, que segundo o professor Kabenguele, dificultou a unidade identitária ao disseminar o conceito de “mestiçagem”.

A desqualificação negra respaldou-se em discursos dos mais absurdos e o racismo, infelizmente ainda forte, foi, durante bastante tempo, silencioso e negado, e, atualmente, em 2019, em decorrência de ser corroborado pela autoridade do discurso presidencial, tem sido ostensiva e lamentavelmente loquaz. Sendo assim, o reconhecimento da existência do racismo, do preconceito e da exclusão é uma iniciativa importante para combatê-los. Sobre esse início a Lei 10639/03, que no § 1º obriga os estabelecimentos públicos e particulares de ensino a lecionar “o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”, é importante e engendrou diversas reconfigurações e debates étnico-raciais.

Logo, pensar a literatura, a educação e a questão étnico-racial, sob o viés dos Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, pode ser uma eficiente ferramenta para subsidiar, por meio da abordagem comparada, as reflexões sobre o ensino da literatura e a abordagem da referida lei. Após mais de uma década da existência da norma se percebe que tanto a aplicação dela, como os debates sobre cotas nas universidades, prosseguem sem viço. Há, ainda, a lacuna do desconhecimento dos processos históricos, por docentes e discentes, que sem argumentos deixam de cumprir a regra, quando não se opõem às políticas de autoafirmação.

A educação e a mestiçagem

A educação, comumente associada à formação humana, é concebida, na maior parte das escolas brasileiras, como a propagação de respostas sobre o mundo, sobre a vida. Isso configura-se um problema no desenvolvimento crítico, pois pensa o aprendiz como depósito de um conhecimento que é armazenado e reproduzido (conceito de “educação bancária”, de Paulo Freire); também desconsidera que a criticidade advém da formulação de perguntas, conforme o educador Paulo Freire defendeu no livro “Por uma Pedagogia da Pergunta”.

O conceito de educar é dialético, pois pode tanto emancipar, como formatar. O estímulo do questionamento coloca em xeque a função diretiva da educação e propicia a reflexão. A educação desprovida de criticidade “reproduz a ideologia dominante” (Freire, 2000, p.24) e por esse motivo a literatura e a questão étnico-racial precisam ser norteadas por uma ideia de educação reflexiva, abrangente e esclarecedora, de modo que os conhecimentos sejam efetivos, façam sentido e sejam apreendidos de perspectivas múltiplas.

A literatura comparada é uma possibilidade de relacionar os fatos e de desestimular o olhar único sobre eles. Também colabora para a transformação da realidade ao relativizar e quebrar com a hierarquização

A Literatura Comparada, que já vinha questionando seus princípios tradicionais, desencadeou fortes indagações à ideia de um discurso ou de uma cultura central, uniforme e exemplar, passando a colocar no mesmo plano o que era periférico, marginal ou excêntrico e a valorizar o local, o regional, e tudo o que antes era rejeitado como cultura de massas. (Coutinho, 2014, p.34).

No caso de lidarmos com a história e a cultura negra a comparação pode ser um meio de disseminar suas produções e de desfazer estigmas, visto que a marca dela é a indisciplina, a alteridade, o olhar duplo (dentro e fora), a relativização e o princípio de diferença, que desloca o domínio.

No livro “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil” (2004) o professor Kabengele Munanga demonstra com grande lucidez uma série de ocorrências relativas à dificuldade de (auto)-reconhecimento étnico da população brasileira.

Ele pauta-se na defesa da luta para a construção de uma nova ideologia identitária, afastada da referência universal europeia. Cita, ainda, a dificuldade que os movimentos negros enfrentam para “mobilizar todas as suas bases populares e inculcar-lhes o sentimento de uma identidade coletiva, sem a qual não haverá uma verdadeira consciência de luta” (2004, p. 15).



É explícito, nesse livro, o modo como a construção do modelo de “mestiçagem” (“todos os tipos de miscigenação entre populações biologicamente diferentes”, p.21) enfraquece o processo de identidade de negros e mestiços, que não se sentem pertencentes à mesma categoria.

Kabengele traça um panorama mundial de autoridades que desqualificaram o negro e o mestiço e que perpassarão, ao longo do tempo, a ideia de que são selvagens e degenerados. Estes são alguns dos nomes que enfatizaram anomalias nos negros e/ou nas gerações mestiças: Voltaire, Kant, Edward Long, Daniel Leseallier, Moreau de Saint-Méry, Gobineau, Adolf Hitler, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, Edgard Roquete Pinto, Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre.

A construção da identidade nacional, com evidente desejo de que a população fosse clareada, foi pensada pelos sociólogos eugenistas, que não conseguiram ver na figura do negro livre um sujeito, já que “a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudara” (Kabengele, 2004, p. 54).

A pluralidade racial representou uma preocupação e a crença na inferioridade dos negros e mestiços sustentou-se em “estudos” e “pesquisas” com nenhum embasamento científico. Sempre eram tratados como subdesenvolvidos, viciosos, retardados. O mestiço, especificamente, conforme Euclides da Cunha supunha, seria um “desequilibrado, um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens e sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores, uma raça inferior” (Kabengele, 2004, p. 58).

Observamos, assim, que as autoridades dos séculos XIX e XX, principalmente as brasileiras, deixaram o negro e seus descendentes sob um descrédito moral e total abandono, rechaçando-os como legítimos constituintes da nação. Consequentemente, a marginalização dessas pessoas foi enorme e elas passaram a habitar as regiões periféricas (“na carta de lei de 1808, eles foram afastados da propriedade de terra”, p.73) e a ser mão de obra barata. Os níveis de acesso foram prejudicados e sequer a liberdade de culto religioso puderam exercer até meados da década de 1940.

Por conseguinte, o legado colonial foi imperativo e os critérios de unidade nacional, errôneos, foram os raciais e não os políticos-econômicos, conforme bem elucidaram Alberto Torres e Manuel Bonfim (Kabengele, 2004, p. 70).

A falta de acesso à educação do negro foi institucionalizada pelo 2º ato oficial/lei complementar à constituição de 1824, que durou até 1889. Isso explicita a necessidade fundamental da existência de cotas, de políticas de autoafirmação e de medidas reparatórias de acesso de negros e afrodescendentes à educação superior.

As exclusões de ordem social, econômica, educacional e política, enleadas à posse de prestígio, dada pelo pertencimento à etnia branca, auxiliam a compreensão de que a população resistiu a assumir-se negra. Em contraposição, esse foi um motivo para que o pertencimento, fortalecimento e autorreconhecimento do negro, como tal, tenha sido perversamente diluída na paleta da “mestiçagem”.

Portanto, a mestiçagem é um eufemismo. Inclusive, a intenção de atenuar os conflitos e resistências negras sempre foi enorme. Gilberto Freyre, por exemplo, propagou o mito da democracia racial, pelo qual afirmava que o Brasil era democrático porque a miscigenação gerara um povo sem preconceito. Essa não aceitação da exclusão persiste até hoje, como se a harmonia imperasse nas relações sociais e como se não houvesse discriminações e desigualdades.

A não aceitação apenas dificulta os acessos, “encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais” (p. 89). Dessa maneira, as concepções unilaterais e puristas adiam o sistema de inclusão contra os preconceitos e não permitem perceber a diversidade como riqueza, e não como pobreza. Contra essa percepção o movimento negro contemporâneo opõe-se e preza pela visão plural e ampla da sociedade, que é valorizada por sua diversidade e pela aceitação da diferença.

A literatura e a literatura negro-brasileira

“A minha poesia

Sou eu que me desnudo

Me descubro”

(Cutí)

A literatura nos auxilia a refletir sobre os fatos da vida e, além disso, possui alcance estarrecedor ao estremecer conhecimentos que de tão cotidianos são normalizados.

Que ela (re)-acende debates mornos não há dúvida, no entanto, ao se afirmar que a literatura (principalmente a comparada) é meio efetivo de desmistificar preconceitos e racismos, além de ideologias errôneas sobre a questão étnico-racial, estabelece-se um local diferenciado a ela. Ora, não há como não compartilhar das indagações de Ítalo Calvino e de Antoine Compagnon (2009, p. 20): “Há realmente coisas que só a literatura pode nos oferecer? A literatura é indispensável, ou ela é substituível?”.



O próprio Compagnon elucida esses questionamentos, ao afirmar que “exercício de reflexão e experiência de escrita, a literatura responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo” (2009, p. 26).

O crítico literário Antônio Cândido e o filósofo Francis Bacon convergem na opinião de que a literatura humaniza e torna o ser humano melhor. Aristóteles defendeu que “a literatura deleita e instrui”. Entre tantas “utilidades”, nem todas ligadas diretamente à práxis, uma de relevância é a posta por Sartre, que evidencia o poder de nos fazer “escapar das forças de alienação ou de opressão” (Compagnon, 2009, p.34).

Trata-se, portanto, de uma expressão artística, que ocasiona a reflexão, mas também “permite respirar”, sempre num sentido ambivalente, visto que “o próprio da literatura é a análise das relações sempre particulares que reúnem as crenças, as emoções, a imaginação e a ação, o que faz com que ela encerre um saber insubstituível” (Compagnon, 2009, p. 47).

Por isso, ao ser emancipatória e multifacetada, ela renova o olhar para a vida, recriando a própria vida. Todavia, normalmente tem-se um percurso preestabelecido pelo cânone, e a literatura, comumente feita por brancos, para brancos, dissemina uma emancipação sem potencial de extrapolação das discussões étnicas.

É relevante inserir esse debate acerca da literatura no contexto étnico-racial brasileiro. Para isso utilizar-se-á o pensamento do escritor brasileiro Cuti, que em seu livro “Literatura Negro-Brasileira” (2010) demonstra como até mesmo o conceito “afro-brasileiro” pode ser equivocado:

Denominar de afro a produção literária negro-brasileira (dos que se assumem como negros em seus textos) é projetá-la à origem continental de seus atores, deixando-a à margem da literatura brasileira, atribuindo-lhe, principalmente, uma desqualificação com base no viés da hierarquização das culturas, noção bastante disseminada na concepção de Brasil por seus intelectuais. “Afrobrasileiro” e “afro-descendente” são expressões que induzem a discreto retorno à África, afastamento silencioso do âmbito da literatura brasileira para se fazer de sua vertente negra um mero apêndice da literatura africana. Em outras palavras, é como se só à produção de autores brancos coubesse compor a literatura do Brasil. (Cuti, 2010, p. 35-36).

Em concordância com Cuti optar-se-á, neste artigo, à terminologia “negro-brasileira”. Esse autor defende que a “a escravidão havia coisificado os africanos e sua descendência. A literatura, como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras” (2010, p. 16).

Cuti acrescenta que o mestiço largamente discriminou o negro, como maneira de apartar-se

da negritude e aproximar-se da “supremacia branca”. As personagens negras foram pensadas com as ideias europeias colonizadoras e a violência institucionalizada perpassou as obras literárias, com enfoque no “folclore” do negro e do índio e não nos “conflitos”.

Escrevia-se sobre o negro, mas ele não era o protagonista, e o contexto corroborava a literatura, numa perpetuação perversa de discriminação racial, de racismo e de preconceito encobertos pela hipocrisia da “democracia racial”.

Os escritores do século XX tratarão da discriminação de maneira a deixar as questões afins “subjacentes ao texto” (Cuti, 2010, p. 28) e é o surgimento dos leitores negros que criará alternativas à “omissão ou ao receio de dizer a sua subjetividade” (p. 29).

O surgimento de escritores negros, segundo Cuti, exige ascensão social deles. Contudo, sua existência é imprescindível para projetar personagens negras, cuja eliminação “passa a ser um velado código de princípios. Ou o personagem morre ou sua descendência clareia” (2010, p. 34).

Cuti aprofunda a discussão ao demonstrar que no plano ficcional a personagem negra só evolui, convencionalmente, quando se torna branca. Omite-se a identidade negra, tanto pela presença de elementos culturais intrínsecos, como pelo prefixo “afro”, generalizador, já mencionado.

Os movimentos de Negritude do século XX (Renascimento Negro americano, Negritismo Cubano, Indigenismo Haitiano, e Negritude) propiciaram forte conscientização sobre a história africana e criaram resistência aos resquícios de opressão coloniais e escravocratas, com rejeição da representação resignada, dócil e alienada do negro assimilado. Foram alguns dos artistas importantes do período: Nicolás Guillén, Jean Price-Mars, Aimé Césaire, René Depestre, Senghor.

No Brasil a formação da chamada “literatura negra brasileira” prezou a capacidade de o negro expressar-se e não meramente ser dito, que demonstra a resistência dele e a tentativa de externar outra configuração simbólica. Essa literatura formou-se desde o século XIX com Luiz Gama, Cruz e Souza e Lima Barreto, e fortaleceu-se no século XX com Lino Guedes, Solano Trindade, Oswald de Camargo, o próprio Cuti, Miriam Alves e Éle Semog, entre outras e outros.

Cuti alerta ao fato de que é necessário que a literatura negro-brasileira seja escrita por escritores negros; ele defende o problema além da questão cultural, pois acredita que a experiência de racismo é factual e que “a opressão estende-se à vida em toda a sua dimensão. E é aí, com esse amplo conteúdo, que se realiza a literatura” (2010, p. 44).

É evidente que o poder de escolha canônico possui pressupostos e que a educação que não observa a disseminação e a existência do legado negro-brasileiro é conivente com o silêncio do

preconceito e da exclusão. Daí a produção cultural precisa ser contrária aos pressupostos eurocentristas ao representar resistência e conflito.

Cuti cita a massiva tentativa de “desqualificação da produção negrobrasileira” e a não rara divulgação das produções como folclóricas e não combatentes. O educador, imbuído em propagar as produções negras, segundo a Lei 10639/03, não pode se esquecer dessa possibilidade de equívoco e num plano dialético deve expor as discussões.

Portanto, é importantíssima a função da literatura e a necessidade da consolidação de uma literatura negra, capaz de amplificar os clamores e as ações dos sujeitos problematizados.

Baden Powell, Vinicius de Moraes e os Afro-sambas

Baden Powell foi um dos maiores violinistas e compositores brasileiros, negro, de origem humilde, alcançou um nível de erudição musical imenso, ao dominar instrumentos clássicos e ao criar uma linguagem musical desenvolvida em um modo muito peculiar de tocar violão, e, dessa maneira, mudou a trajetória desse instrumento no Brasil. Uma das idiossincrasias dele era projetar som e ruído, o que no álbum *os Afro-sambas* tornou-se uma estética, pois possibilitou transportar ao disco as relações cotidianas da vida, principalmente a transposição do terreiro ao estúdio.

Já Vinicius de Moraes foi um escritor e compositor múltiplo, branco, cuja temática da obra foi alterada de “mística e transcendental”, com fortes marcas do catolicismo, na década de 1930, para a “imposição de um ânimo amoroso que parece ser o âmago de sua poesia”, nas produções sucessoras. Assim, elaborou uma concepção específica de amor, que nas letras dos *Afro-sambas* (álbum lançado conjuntamente com Baden Powell, em 1966 e constituído por oito letras) aparece mesclada e conflituosa, já que ao tematizar a mitologia dos orixás aparenta disseminar a cultura “afro” e ressaltar a importância do legado negro na constituição da identidade brasileira; contudo, o significado das letras denota, através da recorrente abordagem do amor e da morte, uma exploração superficial do potencial de discussão das demandas negras. No entanto, o arranjo é sofisticadíssimo e toda a percussão do terreiro é recriada, de modo a remeter ao sacro e, ao mesmo tempo, dessacralizar o terreiro.

Logo, compreender a perspectiva discursiva adotada nas letras (de resistência ou de permanência dos elementos de subordinação) auxilia a interpretar ou não produções com tênues ambivalências em relação a abordagens de temáticas que valorizam a presença negra.



Supõe-se que há muita dicção e pouca concepção do negro como sujeito. Para entender essa ambivalência será analisada uma das letras, o Canto de Xangô:

Eu vim de bem longe
Eu vim, nem sei mais de onde é que eu vim
Sou filho de Rei Muito lutei pra ser o que eu sou
Eu sou negro de cor
Mas tudo é só amor em mim
Tudo é só amor para mim
Xangô Agodô
Hoje é tempo de amor
Hoje é tempo de dor, em mim
Xangô Agodô

Salve, Xangô, meu Rei Senhor
Salve, meu orixá
Tem sete cores sua cor
Sete dias para a gente amar

Mas amar é sofrer
Mas amar é morrer de dor
Xangô meu Senhor, saravá!
Xangô meu Senhor!
Mas me faça sofrer
Mas me faça morrer de amor
Xangô meu Senhor, saravá!
Xangô Agodô!



A identidade do negro e da África, representada na letra dessa composição, denota, ao contrário do enaltecimento dos símbolos culturais de matriz africana, um apagamento de identidade, tendo como veículo de aceitação o uso do discurso amoroso (recurso de eufemismo) próximo da lírica camoniana, na perspectiva de que “transforma-se o amador em cousa amada” perante um sentimento paradoxal, contrário à própria natureza. Daí decorre um discurso negro pautado num lócus enunciativo descontextualizado histórica, política e culturalmente das manifestações de resistência do século XX, numa nítida transformação do produto musical em mercadoria.

O des-concerto do mundo e a “falta de harmonia” nos acessos e equiparação étnico-racial transformam o concerto em canto emudecedor, pois abranda a voz vítima de representação. Sendo assim, Xangô, o orixá da justiça, é injustiçado; não rejeita as assimilações culturais responsáveis por torná-lo pacífico e impossibilitado de reinar, ama um amor protocolar, “áspero e tirano”, de concepção clássica, indissociável do par amor/morte (Eros e Tanatos), que ressalta a perspectiva europeia e reforça conceitos como a “democracia racial”. Portanto, a resistência negra, em Vinícius de Moraes, que se autodenominou o “branco mais negro do Brasil”, tende ao folclórico e a literatura reproduz os preconceitos recorrentes de apagamento da identidade negra.

Vinicius de Moraes não dialoga, por exemplo, com Solano Trindade, seu contemporâneo. Segundo Cuti (2010, p. 90) “folclorizar é retirar o conteúdo vivencial que, por seu conteúdo humano, traz conflitos. É esvaziar a possível carga transformadora que determinada área cultural possa ter”.

O quinto e o sexto verso do Canto de Xangô “Eu sou negro de cor/ Mas tudo é só amor em mim” revelam uma concepção nítida de diferença relacionada à cor negra, separada pela conjunção adversativa “mas”, do amor. Entende-se essa oposição na representação canônica e preconceituosa de que o negro é mero corpo servil desprovido de subjetividade, ao passo que o amor confere, ou conferiria alma, humanização, apuração estética e é diretamente associado à cor branca.

Cuti bem alerta que “traços culturais de origem africana no texto literário não são recursos suficientes para se caracterizá-lo como negro-brasileiro, uma vez que parcela significativa da população negra não está identificada com eles” (2010, p. 92).

A letra do Canto de Xangô parece reforçar estereótipos do racismo brasileiro. No entanto, se atentarmos à melodia, ouviremos um som constituído por traços do candomblé tradicional, no sentido em que o ponto “alujá”, toque sonoro típico de Xangô, está presente nos dez primeiros versos. Também nota-se a batida do “congo de ouro”, toque do candomblé tradicional, além de todas as linhas melódicas que por meio do atabaque, do violão e da flauta, criam um ambiente orquestral do candomblé.

Xangô, que é forte, combativo, valente, vingativo, dotado de dignidade e profundidade (VERGER, 1997) aparece assimilado, sem lembrança histórica do passado “Eu vim de bem longe / Eu vim, nem sei mais de onde é que eu vim. Cuti (2002, p. 27) declara que “ao negro a recomposição da memória coletiva tem grande importância sim, através do retorno às matrizes africanas, sufocada pela superposição europeizante, e da reconstrução de uma identidade nacional crítica”.

Percebe-se na letra em análise uma tentativa de demonstrar um ser “mestiço”, projeto da “democracia racial”, com forte tendência da “dissolução biológica do negro no branco” (CUTI, 2002). A brancura ainda é um “ponto obrigatório de passagem”, o que deixa de ocorrer apenas nas obras dos escritores negros.

Cuti (2002, p. 31-32) aponta que em Vinícius de Moraes “não se discute racismo nem discriminação. A realidade social do negro brasileiro é totalmente banalizada quanto a seu conteúdo histórico”. As tentativas de aproximação e “empatia” do poeta com os negros são ambivalentes.

Não obstante, os Afro-sambas foram e ainda são cantados como grande possibilidade de preservação e resistência da cultura negra, tendo sido, inclusive, incorporados nas cerimônias de muitos terreiros de candomblé. O prefixo que compõe o título do álbum, “afro”- samba, indica, segundo o exposto por Cuti, uma tentativa de dissolução do negro.

Sem compreender as exclusões e a abrangência das peculiaridades da história do negro brasileiro, fica complicado concluir se determinadas produções reproduzem modelos de preconceito ou se defendem a mudança da literatura e da sociedade, por meio da preservação e da valorização cultural.

No caso em análise, Xangô é personagem e pronuncia-se, em primeira pessoa. No entanto, seu canto é de lamento e a resistência negra dele, se na perspectiva textual é jogada a um canto qualquer, certamente inexpressivo, da cultura, no sentido musical é, indubitavelmente manutenção, memória e resistência do candomblé.

A possibilidade de pronunciar os nomes dos orixás (Ossanha, Xangô e Iemanjá), em 1966, é a grande causadora de ambiguidade da produção. Ora, a liberdade de culto religioso só foi permitida pela aprovação da Carta Magna de 1946, proposta por Jorge Amado, ou seja, vinte anos antes. E ao pensar que no início do ano de 2019 o cenário político nacional é altamente conservador e reacionário, com uma bancada evangélica conservadora e impositiva, pode-se reconhecer certo nível de ousadia e ruptura em Vinicius de Moraes.

Normalmente os Afro-sambas, canônicos, são tidos como resistência. O professor Tatit (2004, p.180) afirma que a bossa nova transformou-se e “foi se adaptando aos anseios ideológicos da época

que conduziam boa parte da classe artística para temas de ‘raiz’ e para as reivindicações sociais. Vinicius passou a produzir afro-sambas com Baden Powell (...).

Porém, sob a crueza do racismo brasileiro, respaldado num cínico silêncio e na valorização folclórica do negro que se quer branco, resta, no Canto de Xangô, a possibilidade de palatalização ao invés da valorização e do respeito. A ambiguidade permanece, no entanto a educação reflexiva, os abusos acometidos pelas políticas de branqueamento e as possibilidades da leitura não ser de resistência, mas de permanência, tudo no contexto brasileiro, tende a ser o tipo de produção que precisa ser muito bem averiguada, pois ora serve à manutenção do poder, ora à emancipação negra.

Assim, dialética e contextualizadamente, deve-se apreender a literatura, de modo que o educador, ao cumprir a Lei 10639/03, não propague os modelos estanques de exclusão e explore a polissemia e as tensões literárias, visando a uma discussão reflexiva, de modo a identificar as contradições próprias de nosso país e de nossas produções culturais.

Bibliografia

CANDIDO, Antonio. Iniciação à Literatura Brasileira. 4ª ed. RJ: Ouro sobre azul, 2004.

COMPAGNON, Antoine. Literatura para quê? Belo Horizonte: UFMG, 2009.

COUTINHO, Eduardo F. “Literatura Comparada Hoje”. In ABDALA Junior, Benjamin (organização). Estudos Comparados: Teoria, Crítica e Metodologia. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

CUTI (Luiz Silva). “O leitor e o texto afro-brasileiro”. In: FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna e FONSECA, Maria Nazareth Soares. Poéticas afro-brasileiras. Belo Horizonte: Mazza/PUC-MG, 2002.

CUTI (Luiz Silva). Literatura negro-brasileira. SP: Selo Negro, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. SP: UNESP, 2000.

MORAES, Vinicius. Discos. Disponível em <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/ptbr/musica/discos/os-afrosambas>> Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

MOURA, Clovis. Sociologia do negro brasileiro. SP: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SARTESCHI, Rosângela. MARTIN, Vima Lia. “Estudos Comparados de Língua Portuguesa e Ensino.” In ABDALA Junior, Benjamin (organização). Estudos Comparados: Teoria, Crítica e Metodologia. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.



SCHWARCZ, Lilia. PEDROSA, Adriano. Histórias mestiças. RJ: Cobogó, 2014.

TATIT, Luiz. O século da Canção. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

VERGER, Pierre Fatumbi. Lendas Africanas dos Orixás. 4ªed. Salvador: Corrupio, 1997.

